

2018

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA

PARA AS ELEIÇÕES

**FINANCIAMENTO
E GARANTIAS ÀS
EXPORTAÇÕES: MAIS
EFICÁCIA NO APOIO AO
EXPORTADOR**

POLÍTICA INDUSTRIAL,
DE INOVAÇÃO E DE
COMÉRCIO EXTERIOR

40



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

**FINANCIAMENTO
E GARANTIAS ÀS
EXPORTAÇÕES: MAIS
EFICÁCIA NO APOIO AO
EXPORTADOR**

POLÍTICA INDUSTRIAL,
DE INOVAÇÃO E DE
COMÉRCIO EXTERIOR

| 40

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

Paulo Antonio Skaf (Licenciado a partir de 6/6/2018)
1º Vice-presidente

Antônio Carlos da Silva
2º Vice-presidente

Paulo Afonso Ferreira
3º Vice-presidente

Paulo Gilberto Fernandes Tigre
Flavio José Cavalcanti de Azevedo
Glauco José Côrte
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Edson Luiz Campagnolo (Licenciado de 6/6 a 28/10/2018)
Jorge Parente Frota Júnior
Eduardo Prado de Oliveira
Jandir José Milan
José Conrado Azevedo Santos
Antonio José de Moraes Souza Filho
Marcos Guerra (Licenciado de 7/6 a 7/10/2018)
Olavo Machado Júnior
Vice-presidentes

Francisco de Assis Benevides Gadelha
1º Diretor financeiro

José Carlos Lyra de Andrade
2º Diretor financeiro

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan
3º Diretor financeiro

Jorge Wicks Côrte Real (Licenciado de 4/4/2018 a 12/10/2018)
1º Diretor secretário
Sérgio Marcolino Longen
2º Diretor secretário

Antonio Rocha da Silva
3º Diretor secretário

Heitor José Müller
Carlos Mariani Bittencourt
Amaro Sales de Araújo
Pedro Alves de Oliveira
Edilson Baldez das Neves
Roberto Proença de Macêdo
Roberto Magno Martins Pires
Rivaldo Fernandes Neves
Denis Roberto Baú
Carlos Takashi Sasai
João Francisco Salomão
Julio Augusto Miranda Filho
Roberto Cavalcanti Ribeiro
Ricardo Essinger
Diretores

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque (Licenciado de 7/6 a 7/10/2018)
José da Silva Nogueira Filho
Francisco de Sales Alencar
Titulares

Célio Batista Alves
José Francisco Veloso Ribeiro
Clerlânio Fernandes de Holanda
Suplentes

**FINANCIAMENTO
E GARANTIAS ÀS
EXPORTAÇÕES: MAIS
EFICÁCIA NO APOIO AO
EXPORTADOR**

POLÍTICA INDUSTRIAL,
DE INOVAÇÃO E DE
COMÉRCIO EXTERIOR

40

2018

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA

PARA AS ELEIÇÕES



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

© 2018. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial – DDI

FICHA CATALOGRÁFICA

C748e

Confederação Nacional da Indústria.

Financiamento e garantias às exportações : mais eficácia no apoio ao exportador / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2018.

26 p. : il. – (Propostas da indústria eleições 2018 ; v. 40)

ISBN 978-85-7957-187-9

1. Sistema de garantias. 2. Financiamento 3. Exportações. I. Título.

CDU: 339.5

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9000

Fax: (61) 3317-9994

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br



2018
PROPOSTAS DA INDÚSTRIA
PARA AS ELEIÇÕES

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	11
1 A AGENDA DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES.....	13
2 RECOMENDAÇÕES	15
REFERÊNCIAS.....	23
LISTA DAS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA AS ELEIÇÕES 2018.....	25



APRESENTAÇÃO

O Brasil levará mais de meio século para alcançar o produto *per capita* de países desenvolvidos, mantida a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional registrada nos últimos 10 anos, que foi de apenas 1,6%.

O desafio para o país será de, pelo menos, dobrar a taxa de crescimento do PIB nos próximos anos. Para tanto, não se poderá repetir erros de política que reduzam o potencial de expansão – o que inclui ter uma agenda coerente de reformas econômicas e institucionais.

Mudanças de governo são ocasiões especiais para uma reflexão sobre os objetivos e as estratégias nacionais. São, também, oportunidades para o país sair da zona de conforto e aumentar sua ambição de desenvolvimento.

As eleições de 2018 têm uma característica singular, que reforça o sentido dessa ambição. O fim do mandato do próximo presidente e dos parlamentares vai coincidir com o 200º aniversário da independência do Brasil.

É preciso aproveitar esse marco para estimular ações que eliminem os principais obstáculos ao crescimento no país e contribuam para construir uma indústria competitiva, inovadora, global e sustentável.

O *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, lançado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no início do ano, apresenta uma agenda para aumentar a competitividade da indústria e do Brasil, e para elevar o bem-estar da população ao nível dos países desenvolvidos.

Com base nas prioridades identificadas no Mapa, a CNI oferece 43 estudos, relacionados aos fatores-chave da competitividade. Os documentos analisam os entraves e apresentam soluções para os principais problemas nacionais.

Consolidar uma indústria forte e competitiva é essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país. A indústria tem o poder de estimular outros setores, além de ser um dos principais agentes da inovação tecnológica. Desse modo, é importante promover políticas específicas e alinhadas para o segmento.

Este documento identifica os problemas do sistema brasileiro de financiamento e garantias às exportações e apresenta propostas para a sua reformulação. Além disso, mostra que a imprevisibilidade orçamentária do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), e as dificuldades de acesso das pequenas e médias empresas às linhas oficiais de crédito e às garantias são obstáculos para a expansão das exportações.

O aprimoramento desse modelo demanda reformas em três eixos: funding da participação governamental, arcabouço institucional e governança nas agências do governo, e desenho dos instrumentos utilizados e da gestão operacional das instituições.

Robson Braga de Andrade

Presidente da CNI

RESUMO EXECUTIVO

Há lacunas importantes no sistema público de financiamento que precisam ser solucionadas, como a imprevisibilidade orçamentária do Proex e as dificuldades de acesso de pequenas e médias empresas às linhas oficiais. A pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”, publicada pela CNI e pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2016, apontou que quase 67% das empresas exportadoras no Brasil não utilizam – ou utilizam muito pouco – os instrumentos de financiamento às exportações disponíveis.

Na área de garantias, o sistema vigente é ainda mais restrito, sendo a limitação dos mecanismos e sua complexa governança os obstáculos centrais. A pesquisa acima mencionada também revelou que 88% das empresas não utilizam esses instrumentos.

O sistema de garantias é fragmentado em seu fluxo operacional e em seu processo decisório, tornando mais burocrático o processo para as empresas. Além disso, exportações que dependem de financiamento (pós-embarque) com prazos mais longos – caso de bens de capital e aeronaves – não possuem mecanismos utilizados pelos principais competidores, como a garantia incondicional para exportações com financiamento de bancos comerciais, captação no mercado de capitais ou o financiamento e a garantia a gastos locais.

O aprimoramento da política governamental de financiamento e garantias às exportações demanda reformas em três eixos estruturantes: (a) no *funding* da participação governamental no financiamento à exportação; (b) no arcabouço institucional e na governança das agências governamentais; e (c) no desenho dos instrumentos utilizados e na gestão operacional das instituições.

Recomendações

1. Reformar o *funding* da participação governamental no financiamento à exportação.

A indústria considera que é fundamental assegurar a previsibilidade e a manutenção dos recursos orçamentários destinados ao sistema público de financiamento às exportações. Para tanto, é necessário:

- garantir comprometimento do governo com os recursos do Proex e flexibilizar a movimentação de recursos orçamentários dentro do programa; e
- retomar a captação de recursos no exterior pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES.

2. Reestruturar o arcabouço institucional e a governança das agências governamentais.

Para conferir maior agilidade e eficiência ao sistema público de financiamento e garantias às exportações, são necessárias reformas, no arcabouço institucional e na governança dos órgãos que gerem o sistema de financiamento e de seguro de crédito às exportações, que passam por:

- criar subsidiária do BNDES que concentre todas as atividades de financiamento às exportações;
- reformular a governança do Proex; e
- concentrar todas as atividades de seguro de crédito na ABGF.

3. Revisar o desenho dos instrumentos utilizados e a gestão operacional das instituições.

O sistema público de financiamento às exportações, sobretudo a partir do BNDES, é moroso, burocrático e possui alguns instrumentos (BNDES Exim Pós-embarque, por exemplo) com operações concentradas em poucas empresas, que acabam por absorver a quase totalidade dos recursos disponíveis. Do lado das garantias, as operações da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF também são limitadas, concentradas em poucos segurados e dissonantes com algumas práticas do mercado segurador privado e das principais ACEs do mundo. Para reverter esse cenário, a indústria considera como prioridades:

- revisar o portfólio de produtos do BNDES e captar novos clientes e agentes comerciais;
- revisar o processo de solicitação de financiamento ao BNDES;
- revisar o índice de nacionalização do BNDES Exim;
- manter competitivos os percentuais de equalização do Proex Equalização;
- ampliar o portfólio de produtos da ABGF;
- promover parcerias entre ABGF e ACEs de outros países;
- criar instrumento para concessão de garantias ao investimento direto no exterior;
- expandir as operações da ABGF com bancos comerciais; e
- implementar a utilização na ABGF da apólice de garantia incondicional.

1 A AGENDA DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES

A disponibilidade de financiamento e garantias às exportações é uma condição essencial para a competitividade de qualquer empresa no mercado internacional. De acordo com a Organização Mundial do Comércio – OMC, entre 80 e 90% do comércio mundial é financiado por algum crédito ou seguro de crédito. Estes elementos facilitam a produção e a comercialização dos produtos no exterior e contribuem para reduzir os riscos aos quais as empresas estão expostas ao exportar.

O sistema brasileiro de financiamento e garantias às exportações cumpre papel fundamental para alavancar exportações de alto valor agregado pelo Brasil. Um exemplo é o Programa de Financiamento às Exportações – Proex (Proex Equalização), em que cada US\$ 1,00 desembolsado gera outros US\$ 19,00 em exportações (dados de 2015 e 2016).

A oferta de linhas de financiamento às exportações pelo mercado no país (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues – ACE) é, em geral, adequada e o sistema de financiamento público às exportações foi gradualmente reorganizado com base nas linhas do BNDES Exim (pré e pós-embarque) e do Proex (Equalização e Financiamento).

Entretanto, há lacunas importantes que precisam ser solucionadas, como a imprevisibilidade orçamentária do Proex e as dificuldades de acesso de pequenas e médias empresas às linhas oficiais. A pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”, publicada pela CNI e pela Fundação Getulio Vargas – FGV em 2016, apontou que quase 67% das empresas exportadoras no Brasil não utilizam – ou utilizam muito pouco – os instrumentos de financiamento às exportações disponíveis. Um outro levantamento da CNI também mostrou que os desembolsos de financiamentos em 2016 foram equivalentes a apenas 41% do valor total das exportações brasileiras de bens e serviços no ano¹.

1. Razão entre desembolsos das linhas de financiamento (ACC; Pagamento Antecipado; BNDES Exim; Proex Equalização; Proex Financiamento) e a soma do valor total das exportações de bens e serviços no ano.

Na área de garantias, o sistema vigente é ainda mais restrito, sendo a limitação dos mecanismos e sua complexa governança os obstáculos centrais.

A pesquisa acima mencionada também revelou que 88% das empresas não utilizam esses instrumentos.

O sistema de garantias é fragmentado em seu fluxo operacional e em seu processo decisório. Além disso, exportações que dependem de financiamento (pós-embarque) com prazos mais longos – caso de bens de capital e aeronaves – não dispõem de mecanismos utilizados pelos principais competidores, como a garantia incondicional para exportações com financiamento de bancos, captação no mercado de capitais ou o financiamento e a garantia a gastos locais.

O aprimoramento da política governamental de financiamento e garantias às exportações demanda reformas, sobretudo, quanto:

- ao *funding* da participação governamental no financiamento à exportação;
- ao arcabouço institucional e à governança das agências governamentais; e
- ao desenho dos instrumentos utilizados e à gestão operacional das instituições.

2 RECOMENDAÇÕES

2.1 Reformar o *funding* da participação governamental no financiamento à exportação

Os recursos da União para o financiamento às exportações são canalizados por meio do Proex Financiamento e do Proex Equalização. Esses programas são financiados com recursos do Tesouro Nacional, cujo montante é definido em dotação específica aprovada anualmente no Orçamento Geral da União – OGU.

No atual cenário de restrição fiscal, a eficácia do Proex como um instrumento de apoio às exportações tem sido afetada pela incerteza quanto à distribuição, e até mesmo à interrupção, da disponibilização dos recursos orçamentários ao longo do ano. Esses fatores tornam o fluxo de aprovação das operações de financiamento irregular e imprevisível, e inclusive sujeito a interrupções, afetando a capacidade do exportador brasileiro de responder a oportunidades de negócios no exterior.

No tocante ao *funding* dos financiamentos do BNDES, o banco, em geral, e o **BNDES Exim, em particular, puderam dispor, na primeira metade da década passada, de um fluxo muito significativo de recursos** disponibilizados como empréstimo pelo Tesouro Nacional, bem como oferecer aos tomadores de seus financiamentos condições extremamente favoráveis. A ideia principal, sobretudo pelo momento fiscal pelo qual passa o país, não é focar no aumento dos desembolsos, mas na previsibilidade para os exportadores.

Para assegurar a previsibilidade e a manutenção dos recursos orçamentários destinados ao sistema público de financiamento às exportações, a indústria considera necessário:

- **Garantir comprometimento do governo com montante fixo de recursos para o Proex:** assegurar firme comprometimento do governo federal com a regularidade do fluxo de recursos do Proex Equalização e Financiamento disponibilizado ao longo do ano para a aprovação de novas operações. Houve períodos em que os exportadores demandavam recursos, porém não havia renovação dos mesmos por parte do governo.
- **Flexibilizar a movimentação de recursos orçamentários no Proex:** criar mecanismo que permita a realocação, no decorrer do exercício orçamentário, de eventuais sobras de recursos de um dos programas do Proex para outro; e

- **Retomar a captação de recursos no exterior pelo BNDES** para ampliar sua capacidade de financiamento às exportações.

2.2 Reestruturar o arcabouço institucional e a governança das agências governamentais

O Brasil conta, de fato, com duas agências governamentais de crédito à exportação (ACE): o BNDES, com foco no financiamento, e a ABGF, com foco no seguro de crédito.

Financiamento à exportação

O BNDES responde pela maior parcela do financiamento governamental de médio e longo prazo à exportação no país, caracterizando-se assim como uma ACE de fato. Essa configuração institucional tem sido objeto de críticas, que enfatizam sua singularidade e propõem a constituição de uma ACE especializada, que, em geral, é denominada nessas propostas de Exim Bank.

Considerando o rigor da disciplina fiscal necessária ao Brasil, a constituição de uma nova entidade que venha assumir a função de ACE exercida pelo BNDES não parece oportuna neste momento e, tampouco, necessária, uma vez que o BNDES acumulou ao longo dos anos *expertise* na área.

Contudo, cabe reconhecer que o financiamento à exportação é uma atividade diferenciada em relação às demais atividades do banco, que deve ter reservado um espaço institucional próprio, que preserve essa especificidade e confira mais agilidade e maior autonomia ao seu processo de decisão.

A eficiência e a abrangência do Proex também têm se ressentido da demora no processo de aprovação das operações, que decorre inclusive de características da governança desse programa.

Nesse sentido, são necessárias as seguintes reformas no arcabouço institucional e na governança dos órgãos que gerem o sistema de financiamento às exportações:

- **Criar subsidiária do BNDES que concentre todas as atividades de financiamento às exportações**, com formato de agência de crédito à exportação, e concentrando as linhas do BNDES Exim e do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), inclusive detendo a competência para aprovar as operações do Proex Financiamento e do Proex Equalização. Além disso, deve ter

autonomia técnica e processo de decisão próprio, mas integrado, do ponto de vista administrativo e operacional, à estrutura do BNDES. Na prática, a nova subsidiária será o “Eximbank” brasileiro, o banco do apoio oficial ao comércio exterior do país. Para ser eficaz, a nova subsidiária deve, também, ter autonomia para construir seus próprios processos de aprovação, documentação e avaliação, diferenciando-os das normas gerais do Banco e alinhando-os às necessidades das empresas.

- **Reformular a governança do Proex**, conferindo à subsidiária do BNDES mencionada acima autonomia no processo de aprovação das operações de financiamento e de equalização, de modo a torná-lo mais eficaz e eficiente. Para tanto é necessário:
 - » formatar o Proex Financiamento como um produto financeiro que contenha critérios objetivos para seu acesso;
 - » definir critérios mais objetivos de habilitação e utilização do Proex Equalização que automatizem, tanto quanto possível, o processo de decisão; e
 - » reservar ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – Cofig, como órgão integrante da Camex, a competência para estabelecer as diretrizes e os critérios de habilitação e comprovação a serem observados na gestão do Proex, para decidir sobre eventuais operações que não se enquadram nos critérios estabelecidos; e para supervisionar a atuação da subsidiária do BNDES.

Seguro de Crédito à Exportação

A estrutura institucional e de governança do Seguro de Crédito à Exportação – SCE é complexa, fragmentando o fluxo operacional e o processo de decisão e envolvendo a administração direta do governo federal.

O processo de decisão do SCE e do Fundo de Garantia à Exportação – FGE é exercido hoje pela Secretaria de Assuntos Internacionais – Sain do Ministério da Fazenda, de forma compartilhada com o Cofig, no caso de operações de maior valor, e apoiada do ponto de vista técnico e operacional pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF. Esse modelo de gestão tem como consequências prazos longos de decisão e falta de flexibilidade na definição de novos produtos e na estruturação das operações, afetando a competitividade das empresas exportadoras.

Para que a ABGF venha a exercer com eficiência a gestão plena do SCE, é necessária a transferência das responsabilidades relativas à gestão do SCE para a agência,

acompanhada da revisão da sua extensa lista de atribuições², que não têm relação nem apresentam sinergias com o SCE, são intensivas em recurso humanos e institucionais e ameaçam fazer o SCE sucumbir dentro da instituição.

Nesse sentido, são necessárias as seguintes reformas no arcabouço institucional e na governança dos órgãos que gerem o seguro de crédito à exportação:

- **Concentrar todas as atividades de seguro de crédito na ABGF.** Para tanto, é necessário:
 - » assegurar que o Cofig, como órgão integrante da Câmara de Comércio Exterior – Camex, estabeleça as diretrizes relativas à gestão do FGE e supervisione a atuação da ABGF;
 - » atribuir a gestão do SCE plenamente à Agência, transferindo-lhe as funções atualmente desempenhadas pela Sain;
 - » transferir a atribuição exercida hoje pelo Cofig de aprovar operações de valor mais elevado para o Conselho de Administração da ABGF, composto por representantes da União, mas constituído como parte integrante da estrutura de governança da empresa; e
 - » incorporar, às atribuições da agência, a concessão de garantia de riscos associados ao investimento direto no exterior de empresas brasileiras.

2.3 Revisar o desenho dos instrumentos utilizados e a gestão operacional das instituições

Financiamento à exportação

Os financiamentos do BNDES Exim Pós-embarque apresentam extrema concentração de suas operações em um mesmo conjunto de empresas, que absorve a quase totalidade dos recursos despendidos. No período 2009 a 2015, a parcela correspondente aos dois principais tomadores – os mesmos em todos os anos, alternando suas posições relativas – variou entre 78% e 90%. Por outro lado, os bancos comerciais têm

2. A ABGF tem outras atribuições além das relacionadas à concessão de garantia contra os riscos do crédito às exportações: a concessão de garantias contra riscos de crédito em operações no âmbito de programas ou instituições oficiais, que compreendem o crédito habitacional, o crédito à aquisição de máquinas e implementos agrícolas; o crédito a microempreendedores individuais, autônomos, micro, pequenas e médias empresas; o crédito educativo; e ainda a gestão de fundo garantidor para cobertura de riscos relacionados a projetos de infraestrutura.

demonstrado inapetência para assumir o risco de operações pós-embarque, das quais participam apenas como bancos mandatários.

O custo elevado das garantias exigidas pelo BNDES e o processo moroso e burocrático para tramitação do financiamento no banco e para obtenção de garantia do FGE dilatam os prazos de aprovação das operações. Estes fatores afetam a capacidade competitiva do exportador e, em alguns mercados, até inviabilizam a realização da exportação.

Da mesma forma, a exigência de índice de nacionalização mínimo pelo banco é relatada pelas empresas como um fator que engessa de maneira desnecessária o desembolso dos financiamentos. Essas regras afetam a competitividade do exportador, em alguns casos inviabiliza a exportação, sendo critério mais estrito que aqueles seguidos pelos competidores brasileiros em suas respectivas agências nacionais de crédito à exportação.

No caso do Proex Equalização, a competitividade das empresas exportadoras foi afetada pela redução do percentual de equalização adotado por esse programa em 2015.

Diante desse cenário, visando aprimorar os instrumentos de financiamento públicos disponíveis e a gestão operacional das instituições que os mantêm, a indústria considera como ações prioritárias:

- **Revisar o portfólio de produtos e captar novos clientes e agentes comerciais:** coordenar atuação do BNDES, em conjunto com a ABGF e com os gestores do Proex Equalização, para:
 - » desenvolver uma política proativa de captura de clientes, ampliando o número de produtos oferecidos e conferindo especial atenção às operações estruturadas e de cofinanciamento, tendo em vista viabilizar a participação dos exportadores brasileiros em operações de *multisourcing* e de aquisições de bens de capital de diversos países; e
 - » identificar mecanismos para atrair e incorporar os bancos comerciais ao financiamento de médio e longo prazo às exportações, passando da condição de mandatários à de garantidores nas operações do BNDES Exim Pós-embarque.
- **Revisar o processo de solicitação de financiamento ao BNDES:** revisar os procedimentos adotados na tramitação dos pedidos de financiamento do BNDES Exim Pós-embarque e de concessão de garantia do FGE, tendo em vista reduzir o tempo despendido na sua aprovação. Para tanto é necessário:
 - » padronizar os modelos de documentos para desembolso de créditos (autorizações de desembolso, quadros de avanço físico, relatórios de auditoria, faturas);

- » admitir documentos sob a forma exclusivamente eletrônica; e
 - » conferir maior delegação de responsabilidades quanto à conferência de documentação para a liberação de desembolsos aos bancos mandatários, focando-se a equipe do BNDES na fiscalização do trabalho executado e dos efeitos do financiamento sobre as exportações.
- **Revisar a exigência pelo BNDES do índice de nacionalização:** revisão da exigência de índice de nacionalização em peso e dos impactos da variação cambial sobre o índice em valor; e aceitação, no caso de produtos destinados à indústria de óleo e gás, dos indicadores de conteúdo local aferidos pela metodologia da ANP.
 - **Manter competitivos os percentuais de equalização do Proex Equalização:** revisar as alterações introduzidas em 2015 nos percentuais de equalização observados no Proex Equalização, retomando aos poucos o percentual ao limite de 2,5% ao ano adotado anteriormente.

Seguro de Crédito à Exportação

Uma limitação do SCE é o reduzido portfólio de produtos da ABGF, menor do que o de outras ACEs. Essa característica resulta, em boa medida, da falta de autonomia da agência na estruturação das operações, bem como na ausência de autorização legal para a participação do FGE em operações de cogarantia, que têm se disseminado no mercado mundial.

Por outro lado, as operações da ABGF apresentam excessiva concentração do ponto de vista das instituições financeiras seguradas (o BNDES responde por 95% do valor segurado). Uma das razões da baixa participação de bancos comerciais é a utilização pela ABGF da apólice de seguro com cláusulas de condicionalidade, ao invés da garantia incondicional crescentemente adotada pelo mercado segurador privado e pelas principais ACEs dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, para garantir maior eficácia ao SCE e aprimorar a gestão operacional da ABGF, são prioridades:

- **Ampliar o portfólio de produtos da ABGF** e conferir maior atenção ao desenvolvimento de operações estruturadas.
- **Promover parcerias entre ABGF e ACEs de outros países:** implementar na ABGF uma política de parcerias com agências de crédito à exportação de outros países e com seguradoras privadas, no âmbito do desenvolvimento de operações de cofinanciamento e cosseguro às exportações.

- **Criar instrumento para concessão de garantias ao investimento direto no exterior:** definir e implementar na ABGF diretrizes e instrumentos para a concessão de garantia ao investimento direto de empresas brasileiras no exterior.
- **Expandir as operações da ABGF com bancos comerciais:** implementar política voltada para a expansão das operações da ABGF com os bancos comerciais, visando à redução da excessiva concentração do valor segurado pela agência do ponto de vista das instituições financeiras seguradas.
- **Implementar a apólice de garantia incondicional:** substituir, nas operações do FGE, a apólice de seguro com cláusulas de condicionalidade pela apólice de garantia incondicional.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Agenda internacional da indústria 2018**. Brasília: CNI, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Desafios à competitividade das exportações brasileiras** /Confederação Nacional da Indústria, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas – Brasília: CNI, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Financiamento às exportações e aos investimentos de empresas brasileiras no exterior**. Brasília: CNI, 2017.

LISTA DAS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA AS ELEIÇÕES 2018

1. Segurança Jurídica e Governança: o problema e a agenda
2. Segurança Jurídica e Governança na Infraestrutura
3. Segurança Pública: a importância da governança
4. O Brasil na OCDE: um caminho natural
5. Saúde Suplementar: uma agenda para melhores resultados
6. Educação: a base para a competitividade
7. Ensino de Engenharia: fortalecimento e modernização
8. Financiamento Privado de Longo Prazo: uma agenda para fortalecer o mercado de debêntures
9. Licenciamento Ambiental: propostas para a modernização
10. Biodiversidade: as oportunidades do uso econômico e sustentável
11. Mudanças Climáticas: estratégias para a indústria
12. Economia Circular: o uso eficiente dos recursos
13. Segurança Hídrica: novo risco para a competitividade
14. Modernizar a Tributação Indireta para Garantir a Competitividade do Brasil
15. Tributação da Renda de Pessoas Jurídicas: o Brasil precisa se adaptar às novas regras globais
16. Tributação sobre a Importação e Exportação de Serviços: mudar para uma indústria competitiva
17. Tributação no Comércio Exterior: isonomia para a competitividade
18. Relações de trabalho: caminhos para continuar a avançar
19. Modernização Previdenciária e da Segurança e Saúde no Trabalho: ações para avançar
20. Privatização da Infraestrutura: o que falta fazer?
21. Sistema Portuário: avanços, problemas e agenda
22. Transporte Marítimo de Contêineres e a Competitividade das Exportações
23. Transporte Ferroviário: colocando a competitividade nos trilhos
24. Saneamento Básico: uma agenda regulatória e institucional
25. Grandes Obras Paradas: como enfrentar o problema?

26. Energia Elétrica: custos e competitividade
27. Insumos Energéticos: custos e competitividade
28. Gás Natural: mercado e competitividade
29. Térmicas na Base: a escolha inevitável
30. Telecomunicações: modernização do marco institucional
31. Inovação: agenda de políticas
32. Indústria 4.0 e Digitalização da Economia
33. Compras Governamentais e Desenvolvimento Tecnológico:
a experiência internacional e propostas para o Brasil
34. Propriedade Intelectual: uma agenda para o desenvolvimento industrial
35. Governança do Comércio Exterior: aperfeiçoamento de
instituições e competências
36. Acordos Comerciais: as prioridades
37. Barreiras Comerciais e aos Investimentos: ações para abrir mercados
38. Investimentos Brasileiros no Exterior: superando os obstáculos
39. Defesa Comercial: agenda para um comércio justo
40. Financiamento e Garantias às Exportações:
mais eficácia no apoio ao exportador
41. Facilitação e Desburocratização do Comércio Exterior Brasileiro
42. Documentos Aduaneiros: comércio exterior sem amarras
43. Política Industrial Setorial: conceitos, critérios e importância (esse documento
será divulgado em um seminário específico dedicado ao tema)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Políticas e Estratégia

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Diretoria de Relações Institucionais

Mônica Messenberg Guimarães
Diretora

Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Diretoria Jurídica

Hélio José Ferreira Rocha
Diretor

Diretoria de Comunicação

Carlos Alberto Barreiros
Diretor

Diretoria de Serviços Corporativos

Fernando Augusto Trivellato
Diretor

Diretoria CNI/SP

Carlos Alberto Pires
Diretor

CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Desenvolvimento Industrial – DDI

Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Gerência Executiva de Assuntos Internacionais

Diego Bonomo
Gerente-Executivo

Felipe Carvalho
Fabrizio Panzini
Soraya Rosar
Equipe Técnica

Coordenação dos projetos do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022**Diretoria de Políticas e Estratégia – DIRPE**

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Renato da Fonseca
Samantha Ferreira e Cunha
Maria Carolina Correia Marques
Mônica Giágio
Fátima Cunha

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP

Carla Gonçalves
Gerente-Executiva

André Augusto Dias
Produção Editorial

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho
Gerente-Executivo

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

Penha Dutra
Revisão Gramatical

Editorar Multimídia
Projeto Gráfico

Comunicação
Diagramação

Athalaia Gráfica e Editora
Impressão

 www.cni.org.br

 /cnibrasil

 /cni_br

 /cnibr

 /cniweb



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



ISBN 978-85-7957-187-9



9 788579 571879